

OS CENTROS DE CONSERVAÇÃO MARINHA

REVISÃO DO ESCOPO DE ATUAÇÃO

OS CENTROS DE CONSERVAÇÃO MARINHA REVISÃO DO ESCOPO DE ATUAÇÃO

Sumário

INTRODUÇÃO	3
HISTÓRICO DOS CENTROS.....	4
CEPNOR.....	4
CEPENE.....	4
CEPSUL	5
CEPERG.....	5
CMA	5
TAMAR.....	6
Demais Centros	Error! Bookmark not defined.
PRINCIPAIS EIXOS DE ATUAÇÃO	6
Interação com a Pesca	6
Licenciamento Ambiental	7
Unidades de Conservação.....	7
Conservação de Espécies	7
INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO MARINHA.....	8
PROPOSTA DE ATUAÇÃO	10
Regiões Marinhas	10
Programas	14
Centros.....	Error! Bookmark not defined.
Readequação das Estruturas.....	11
Centro do Mar do Norte	11
Centro do Mar do Nordeste.....	12
Centro do Mar do Leste	13
Centro do Mar do Sul	13
REMAB	14
Projeto TAMAR.....	Error! Bookmark not defined.
Considerações	15
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	18
Anexo I – PROGRAMAS.....	19
Pesquisa e monitoramento do estado de conservação das espécies e habitats	19
Gestão de conhecimento	22
Manejo para a conservação das espécies.....	24

INTRODUÇÃO

O retorno dos quatro Centros de Pesquisa Pesqueira ao Instituto Chico Mendes representa a reincorporação de 102 servidores, entre analistas ambientais (35), analistas administrativos (8) técnicos ambientais ou administrativos (59) além de estruturas físicas distribuídas em cinco pontos da costa brasileira. Somadas suas sedes, as bases avançadas e as embarcações demandam um custo anual de manutenção de aproximados R\$ 3.350.000,00. Não se considera neste total os custos de recuperação de toda sua estrutura física e dos meios de transporte terrestre e aquático.

Antes do retorno destes Centros de Pesquisa, o Instituto já contava com dois Centros de atuação no ambiente marinho e costeiro: o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação dos Mamíferos Aquáticos-CMA e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação das Tartarugas Marinhas-Centro Tamar.

Somados os seis centros têm-se então 16 pontos da costa brasileira com estruturas físicas do Instituto Chico Mendes voltadas à pesquisa, ao monitoramento e à conservação, 143 servidores (63 analistas ambientais, 8 analistas administrativos e 72 técnicos ambientais ou administrativos), dos quais 10 são doutores, 15 são mestres e 21 são especialistas, todos qualificados em áreas do conhecimento relacionadas à oceanografia, biologia marinha, biologia pesqueira, avaliação de estoques e socioeconomia. O custo anual de manutenção é estimado em R\$ 10.050.000,00.

Importa destacar que nesta contabilidade ainda são consideradas as estruturas físicas de patrimônio da Fundação Pró-Tamar, que se espalham em outros 17 pontos do litoral e que até o final de 2012 compunham a estrutura do Projeto Tamar, em uma parceria da Fundação com o Instituto, hoje em processo de dissociação e rearranjo.

Entende o Instituto que toda a estrutura física e de pessoal que agora dispõe para atuar na pesquisa e conservação dos ecossistemas marinho e estuarino, representada diretamente pelos seis Centros, necessita de revisão operacional em conformidade com a demanda de atuação para o Instituto nestes ambientes e cotejada com as ações já em curso de outros três centros _ o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres-Cemave, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Socio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais-CNPT e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios-RAN - que também têm parte de sua atuação nos citados ambientes.

HISTÓRICO DOS CENTROS

Criados no início da década de 1980, pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, os Centros de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros (CEPENE, CEPSUL, CEPERG e CEPNOR) tinham duas atribuições principais: gerar conhecimento para embasar normas sobre a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros em exploração no Brasil, e gerar e adaptar tecnologias para o desenvolvimento da atividade pesqueira e apoio à produção. Passaram a fazer parte da estrutura do IBAMA, em 1989, tendo como atividade precípua a geração do conhecimento para subsidiar a gestão do uso dos recursos pesqueiros.

CEPNOR

O Centro de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros do Litoral Norte - Cepnor criado em 22 de dezembro de 1993, atua tradicionalmente na pesquisa relacionada à identificação de estoques pesqueiros, com base em estatísticas e levantamento de dados a partir do acompanhamento do desembarque e embarques de pesca. Nos últimos anos o Cepnor passou a desenvolver atividades de avaliação do impacto das grandes pescarias sobre a biodiversidade acompanhante e principalmente sobre as espécies ameaçadas de extinção e orientação ao manejo das reservas extrativistas do litoral do estado do Pará, onde tem sua sede em Belém, nas dependências da Universidade Federal Rural da Amazônia. Da relação entre o CMA e o Cepnor surgiram duas atividades, uma relacionada ao resgate, recuperação e reintrodução de peixes-bois, cuja estrutura de recuperação está sediada no Cepnor e outra relacionada à coleta de dados genéticos para a manutenção de banco de dados que auxilie a conservação da espécie. Atualmente o Cepnor iniciou relacionamento com o Centro Tamar para acompanhamento das ocorrências de tartarugas marinhas na costa norte analisando a periodicidade das ocorrências e desovas na contra costa do Marajó e demais áreas de interesse.

CEPENE

O Centro de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste-Cepene, sediado em Tamandaré (PE), foi criado no dia 11 de outubro de 1983 vinculado ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil - PDP, da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Pesca- Sudepe. Seu objetivo principal era dotar o Nordeste de uma unidade de coordenação e execução dos trabalhos de pesquisa e extensão para o desenvolvimento do setor pesqueiro na região.

Com a extinção da Sudepe e a criação do Ibama, em 1989, o Cepene passou executar pesquisas para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros desde o Maranhão até a Bahia, com forte presença institucional graças ao estabelecimento de Núcleos de Pesca vinculados à estrutura das Superintendências do Ibama. Nos últimos anos sua atuação estava restrita a projetos de pesquisa na RESEX Marinha de Acaú/Goiana entre Pernambuco e Paraíba e na RESEX Jequiá da Praia em Alagoas.

Sua sede está localizada na baía de Tamandaré em uma área de 32 ha, com estrutura física de 13.000 m² de área construída distribuídos entre

unidades administrativas e residenciais. Possui uma base avançada no sul da Bahia, em Caravelas, dedicada ao manejo e uso sustentável de recursos em áreas de manguezal

CEPSUL

O Centro de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul-Cepsul foi criado em 1984 pela extinta Sudepe, com a missão de coordenar e executar as atividades de pesquisa pesqueira nas regiões sudeste e sul, com foco no uso sustentável das potencialidades pesqueiras da região. Mantém sua atuação regional e sua sede está situada em Itajaí (SC), às margens do rio Itajaí-Açú. Atualmente, desenvolve atividades de monitoramento da biodiversidade marinha, bem como a avaliação do estado de conservação destas espécies e elaboração de planos de ação de conservação, no caso o plano de ação dos tubarões. Presta apoio às Unidades de Conservação Federais marinho-costeiras, integrando seus conselhos consultivos em ações de fiscalização e na elaboração dos planos de manejo.

CEPERG

O Centro de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos-CEPERG, com sede em Rio Grande - RS, foi criado formalmente pelo do Ibama em 1989 como unidade especializada nas pescarias lagunares e estuarinas, suas espécies e os ecossistemas associados, No entanto, como instituição voltada à pesquisa pesqueira e produção de dados, existe desde a década de 40, sendo mantida ao longo dos anos por diversas organizações que responderam pela coordenação das ações voltadas à pesca. Possui um acervo significativo de informações sobre os recursos pesqueiros e populações tradicionais envolvidas com a pesca artesanal, incluindo o mais antigo programa estatístico de desembarque das pescarias no sul do Brasil.

CMA

O CMA, com Sede em Itamaracá (PE) e bases estratégicas no Maranhão, Alagoas e Fernando de Noronha, coordena a implementação dos PANs de Sirênios, Toninha, Grandes Cetáceos e Pequenos Cetáceos; é ponto focal da revisão da lista de espécie de mamíferos aquáticos ameaçados de extinção; exerce a autoridade científica CITES para mamíferos aquáticos; coordena a Rede de Encalhe e Informação do Brasil (REMAB), que realiza monitoramento, resgate e reabilitação de mamíferos aquáticos em toda costa brasileira e bacia amazônica, em cooperação com mais de quarenta (40) instituições de pesquisa. O Centro participa ainda de vários fóruns internacionais que tratam de assuntos referentes aos mamíferos aquáticos, como IWC (*International Whaling Commission*), SORP (*Southern Ocean Research Partnership*), Grupo de Especialistas de Sirênios da América do Sul/IUCN, Grupo de Especialistas de Sirênios da America Latina/IUCN.

Na sua sede, o CMA mantém o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS), que atendente principalmente a filhotes de peixes-bois marinhos (*Trichechus manatus*) encalhados nas praias do litoral NE do Brasil. Os animais recuperados são encaminhados para readaptação em uma base avançada em Alagoas, a partir de onde são liberados na natureza, após um

período mínimo de 6 meses de adaptação. Por outros seis meses, pelo menos, são monitorados via satélite e por avistamento direto.

Possui outras sete bases avançadas, abrangendo o Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Fernando de Noronha, Rio de Janeiro e Santa Catarina. As mais importantes no momento são a do Maranhão, pelo trabalho de monitoramento do peixe-boi-marinho, e de Fernando de Noronha, por conta da sua localização estratégica para atividades com as espécies oceânicas de pequenos e grandes cetáceos (golfinhos e baleias), incluindo espécies ameaçadas. O Arquipélago é considerado o local com a maior concentração regular de mamíferos aquáticos do Brasil e tem apresentado um crescimento do turismo preocupante, no que tange a conservação das espécies marinhas.

TAMAR

O Centro Tamar, com sede em Arempebe (BA) e bases avançadas em Sergipe, Fernando de Noronha, Espírito Santo e Santa Catarina, considerando apenas aquelas de patrimônio do Instituto, atua basicamente no monitoramento das praias de desova de tartarugas marinhas. Na região litorânea Central o Tamar possui na base do Espírito Santo uma atuação associada ao impacto da atividade de Pesquisa e Exploração de Petróleo às tartarugas marinhas.

PRINCIPAIS DEMANDAS DE ATUAÇÃO PARA OS CENTROS MARINHOS

Interação com a Pesca

A qualidade dos ambientes marinhos e estuarinos vem sendo ameaçada por diversos fatores, resultantes de ações antrópicas, tais como a sobrepesca, destruição de habitats, a poluição e a introdução de espécies exóticas.

A gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros tem como objetivos maximizar os benefícios sociais e econômicos da pesca sem comprometer a capacidade de renovação das populações ou estoques pesqueiros, ou seja, a sua conservação. Em geral, estes objetivos são atingidos com a redução da biomassa populacional para a metade do tamanho da população inexplorada. Tal redução produz efeitos diretos na estrutura de idade e de tamanho da população alvo da pesca, bem como na composição das comunidades marinhas e estuarinas, pois muitas espécies não-comerciais são capturadas junto com a espécie alvo da pesca.

Quando as demandas sociais e econômicas prevalecem sobre o cuidado com a conservação dos estoques pesqueiros, ocorre uma intensificação da atividade de pesca que resulta na redução das populações para níveis abaixo daqueles que produzem o rendimento máximo sustentável, configurando-se uma situação de sobrepesca.

A sobrepesca tem sido considerada uma das principais ameaças à biodiversidade nesses ecossistemas, causando alterações ecossistêmicas graves

e algumas vezes irreversíveis, resultantes da depleção de espécies-alvo e daquelas que são capturadas incidentalmente por artes de pesca pouco seletivas.

Por outro lado, a destruição dos habitats afeta negativamente a atividade pesqueira pois as espécies capturadas não podem sobreviver e manter-se sem que disponham de qualidade de habitat suficiente para sua alimentação, crescimento, reprodução e abrigo, durante as várias fases de seus ciclos de vida.

Portanto, para conservar a biodiversidade marinha e estuarina torna-se necessário, dentre outros, uma gestão pesqueira que consiga evitar a sobrepesca e a captura incidental. Assim como é necessário evitar ou reduzir a degradação dos habitats e a disseminação de espécies exóticas.

Licenciamento Ambiental

As ameaças à biodiversidade representadas pelas demais atividades econômicas, tais como empreendimentos imobiliários, portuários e de pesquisa e exploração de petróleo e gás, são ameaças importantes que se agravam na mesma proporção que o país cresce. Para essas ameaças o principal instrumento de governança é, sem dúvida, o licenciamento ambiental, por meio do qual se estabelecem as condições de instalação e operação do empreendimento com o menor prejuízo sobre a biodiversidade e seu habitat.

Unidades de Conservação

Sessenta e três unidades de conservação marinho costeiras criadas na esfera federal estão distribuídas por todo o litoral brasileiro e abrangem ilhas oceânicas, manguezais, recifes, atóis e compartimentos de ambientes pelágicos e bênticos. Somadas às unidades de conservação criadas pelos outros níveis de governo tem-se um sistema complexo, com diferentes categorias de manejo. Importante destacar que a distribuição das unidades de conservação na zona costeira e marinha não é uniforme, o que se traduz em uma baixa representatividade de ambientes protegidos. O que torna necessário uma avaliação sobre o papel atual e futuro dessas unidades de conservação na proteção e manutenção da biodiversidade marinha, no uso sustentável dos recursos e na repartição dos benefícios decorrentes.

Conservação de Espécies

Na atual lista oficial de espécies ameaçadas de extinção, 92 estão no bioma marinho, o que equivale a 14,6% do total das espécies inseridas nesta lista. Das espécies sobre-explotadas, 55 são de peixes marinhos. Os planos de ação elaborados englobam 29 espécies do bioma marinho (mamíferos, aves, répteis e anfíbios), estando já em andamento outros planos que consideram distintos grupos taxonômicos deste bioma (34 novas espécies).

EIXOS DE ATUAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA

Para atendimento às demandas de atuação e observando o limite das competências legais do Instituto Chico Mendes, projeta-se a operação dos centros marinhos a partir dos seguintes eixos de trabalho:

- a **avaliação do estado de conservação das espécies da fauna marinha**;
- a elaboração e implementação de **planos de ação nacionais** para as espécies da fauna marinha ameaçadas de extinção e quase ameaçadas;
- o **monitoramento da biodiversidade**, com foco no impacto das atividades econômicas sobre a biodiversidade marinha, incluindo empreendimentos e pesca, assim como em ecossistemas e habitat mais sensíveis e relevantes à conservação e;
- o **apoio ao Sistema de Unidades de Conservação federais**, no sentido de subsidiar sua ampliação, implementação e gestão.

Desde 2008, o Instituto Chico Mendes promoveu a **avaliação do estado de conservação**, tendo sido encerrados os processos de avaliação de 815 espécies marinhas: 556 peixes ósseos, 152 elasmobrânquios, 5 peixes-bruxa, 49 moluscos, 26 crustáceos e 27 cnidários. Dentre estas espécies, foram identificadas 84 em risco de extinção para as quais existe interesse comercial, sendo a grande maioria capturada pela atividade pesqueira realizada no litoral brasileiro. Outras 33 espécies identificadas como quase ameaçadas também são capturadas e, caso não sejam tomadas medidas visando à proteção e recuperação das populações destas espécies, podem rapidamente entrar em risco de extinção. Dentre estas 117 espécies estão 45 peixes ósseos, 66 peixes cartilaginosos (41 tubarões, 23 raias e dois peixes-serra), três moluscos e três crustáceos.

Os **Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies**, são elaborados com foco nas ameaças que atingem as espécies em risco de extinção e quase ameaçadas, independente do grupo taxonômico. Hoje estão conclusos ou em elaboração os seguintes Planos de Ação para espécies de ocorrência marinha e costeira:

- Plano de Ação Nacional para Conservação dos Sirênios;
- Plano de Ação Nacional para Conservação dos Grandes Cetáceos;
- Plano de Ação Nacional para Conservação das Tartarugas Marinhas;
- Plano de Ação Nacional para Conservação da Toninha;
- Plano de Ação Nacional para a Conservação da Herpetofauna Insular;
- Plano de Ação Nacional para Conservação dos Albatrozes e Petréis;
- Plano de Ação Nacional para Conservação dos Pequenos Cetáceos;
- Plano de Ação Nacional para Conservação dos Tubarões (em elaboração);
- Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies dos Manguezais;

- Plano de Ação Nacional para Conservação dos Ambientes Recifais (em elaboração).

Os projetos de **monitoramento** geram informações sobre duas questões básicas do ponto de vista da conservação da biodiversidade: 1) o estado de conservação da biodiversidade marinha frente ao impacto das atividades antrópicas; e 2) o estado de conservação da biodiversidade marinha e estuarina protegida pelas Unidades de Conservação / efetividade das UCs. Hoje existem os seguintes projetos de monitoramento com atuação direta dos Centros:

- Rede de Encalhe de Mamíferos do Brasil (CMA)
- Monitoramento de Sirênios (CMA)
- Monitoramento de Praia (TAMAR)
- Monitoramento de Impacto de Pesca (TAMAR)
- Monitoramento de Impacto de Pesca região Norte (CEPNOR)
- Monitoramento dos impactos da pesca sobre espécies ameaçadas no sudeste e sul do Brasil (CEPSUL)
- Monitoramento da biodiversidade marinha na costa sul do Brasil, com especial referência à Unidades de Conservação (CEPSUL)
- Monitoramento de Recifes de Corais (Sede, UCs, CEPENE)
- Monitoramento de Biodiversidade em Manguezais, em desenvolvimento conjunto com Projeto Manguezais do Brasil

Algumas destas iniciativas de monitoramento têm relação direta com o processo de licenciamento de empreendimentos – com a provável aprovação do GEF MAR em 2014 está previsto um trabalho intenso focado na maior articulação entre os diversos monitoramentos, incluindo aqueles sob responsabilidade direta do empreendedor, visando respostas mais claras, melhor acesso aos dados e potencialização de sua análise integrada.

Os projetos de pesquisa científica relacionados à biodiversidade marinha incluem inventários, estudos ecológicos, estudos biogeográficos, técnicas de controles de espécies invasoras, subsídios a acordos de gestão, avaliação de impactos e busca de inovação técnica e tecnológica dentre muitos outros.

Parte desses projetos são apoiados diretamente pela DIBIO, por meio de uma chamada interna anual que seleciona projetos de acordo com a sua relevância para a conservação e qualidade técnica-científica. Em parceria com as UCs alguns centros têm desenvolvido pesquisas com recursos de compensação ambiental, e é grande o potencial de acessar recursos de C,T&I e mobilizá-los para questões prioritárias para conservação, com fortalecimento da atuação em rede – centros, outras instituições de pesquisa e unidades de conservação.

Os centros mantêm ou apoiam sistemas de informação que vêm sendo integrados com o SISBIO, a saber:

- Sistema de Informação sobre Tartarugas Marinhas - SITAMAR, (TAMAR)
- Sistema de Informação de encalhes de Mamíferos Aquáticos Marinhos - SIMAM (CMA)
- Sistema Nacional de Anilhamento - SNA (CEMAVE)

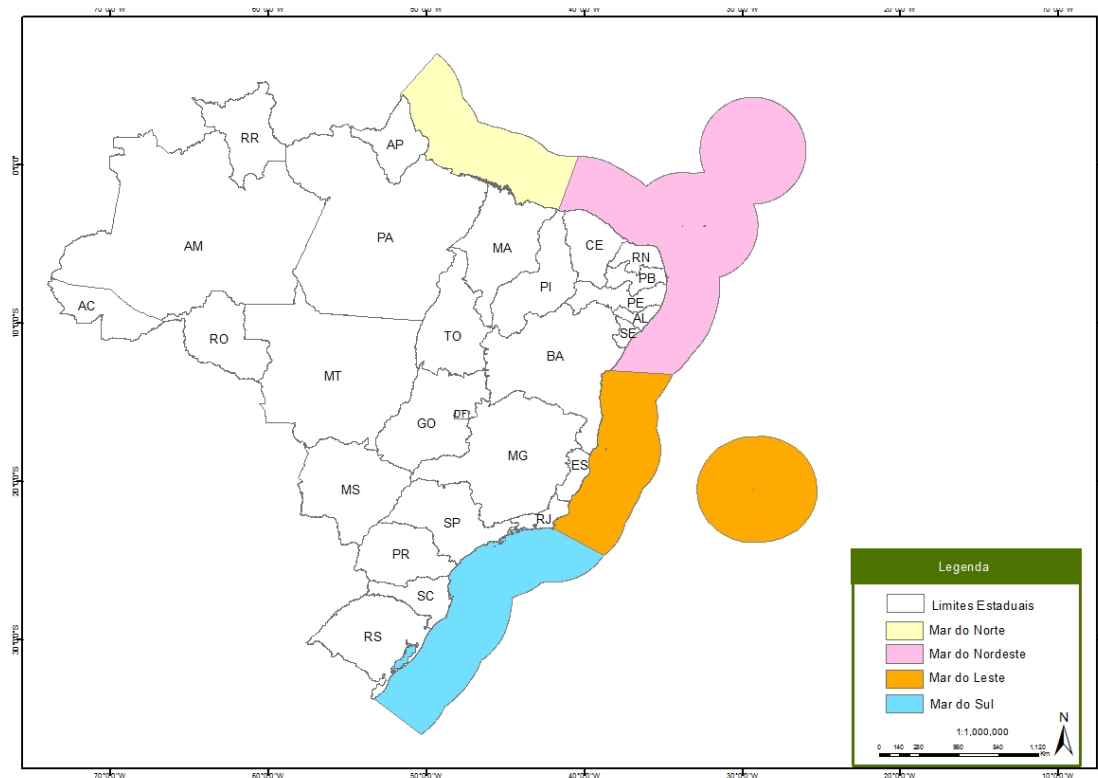
PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS MARINHOS

Da análise dos seis centros marinhos, tratados neste documento como a estrutura do Instituto Chico Mendes para atuação no ambiente marinho e conforme subsídios obtidos em reuniões com os representantes destes centros, para atendimento às demandas e para atuação segundo os eixos de trabalho descritos, recomenda-se a junção e otimização desta estrutura em quatro Centros Marinhos, com atuação regional referenciada nas regiões marinhas reconhecidas pelo Ministério do Meio Ambiente por meio do seu Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva – ReviZEE.

Mesmo com o escopo de atuação dos centros estabelecidos por região, considera-se fundamental manter e fortalecer os projetos de conservação existentes e consagrados de atuação nacional, além desenvolver programas transversais para integração de dados e ações dos centros ao longo da costa.

Regiões Marinhas

A Zona Econômica Exclusiva do Brasil é uma das maiores do mundo, com extensão litorânea aproximada de 8.500 km e uma variação regional facilmente percebida pelas águas frias ou temperadas na costa sul e sudeste e pelas águas quentes ou tropicais nas costas nordeste e norte. Tal variação, associada aos substratos dominantes e às outras características climatológicas, oceanográficas e biológicas, diferencia a ZEE em quatro regiões marinhas.



Mar do Norte, que tem como limites, a oeste, a foz do rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, e a leste, a foz do rio Parnaíba; estende-se por 1.400 km e apresenta área total de cerca de 488.000 km². Suas

profundidades variam de 10 m, na foz do rio Amazonas, a pouco mais de 4.200 m, na bacia abissal do Ceará. É uma região dominada pela Corrente Norte do Brasil, com elevada carga de nutrientes em suspensão originada da Bacia Amazônica e dos estuários do Maranhão, que proporciona alimento para peixes de fundo e camarões explorados pela pesca industrial e artesanal

Mar do Nordeste, se estende da foz do rio Parnaíba à cidade de Salvador (BA). O Mar do Nordeste inclui, também, a área de 200 milhas em torno do arquipélago de São Pedro e São Paulo. Predominam nesta região os recifes de coral, as praias arenosas, estuários, manguezais e recifes areníticos. Caracteriza-se por ser demarcada por deltas e estuários, com plataforma continental estreita e distância da costa até a isóbata de 200 m, variando entre 10 mn, frente a Recife (PE), e 35 mn, diante de Fortaleza (CE). Inseridas nesta área, existem duas cadeias de bancos oceânicos submersos: a Cadeia Norte do Brasil, situada frente ao Ceará, com extensão de 550 mn, largura de 25 a 40 mn, aproximadamente, e profundidade média de 45 metros; e a Cadeia de Fernando de Noronha, que se situa frente ao Rio Grande do Norte, que tem uma extensão de 360 mn e 60 mn de largura.

Mar do Leste, tem como limite norte a cidade de Salvador (BA) e ao sul o cabo de São Tomé-RJ (22ºS), incluindo a área do entorno do conjunto das ilhas Trindade e Martin Vaz.

Mar do Sul, tem como limite norte o cabo de São Tomé-RJ (22ºS), e limite sul pelo arroio Chuí-RS (34º40'S). Abrange uma linha de costa de aproximadamente de 2.000 km de extensão e área total de aproximadamente 700.000 km², considerando a Zona Econômica Exclusiva brasileira (ZEE).

Readequação das Estruturas

A linha argumentativa até aqui posta aponta para a revisão do escopo dos atuais centros de pesca, CMA e Tamar, com vistas a uma atuação do Instituto Chico Mendes associada às regiões marinhas, por meio da operação dos instrumentos de conservação acima mencionados. Estes centros assumiriam também as atribuições do CNPT e Cemave relacionados à operação destes instrumentos nos ambientes marinhos e costeiros:

CMA

Neste novo contexto deveria ser mantido o CMA face à sensibilidade que representa a biodiversidade dos mamíferos marinhos e as suas interações com atividades econômicas importantes no país. Entretanto, deveria haver um gradual afastamento da atividade direta de manejo dos peixes-bois, que seria assumida pelos centros das regiões marinhas de ocorrência das espécies, para fortalecer sua atuação estratégica na coordenação das ações de pesquisa e conservação das espécies de mamíferos marinhos, sobretudo nos programas de monitoramento dos impactos das atividades econômicas sobre as espécies. Importante destacar que a atuação do CMA no manejo dos peixes-bois continuaria, mas de forma orientadora e supervisora.

Historicamente o CMA tem concentrado grande parte de seus esforços na conservação dos peixes-bois, que constituem somente duas espécies entre as mais de cinquenta espécies de mamíferos marinhos que ocorrem na costa brasileira. Os cetáceos são os que se apresentam em maior número, cerca de 38. Estes mamíferos, sobretudo os pequenos cetáceos, são os mais sujeitos a impactos oriundos de atividades pesqueiras, exploração e transporte de petróleo, aumento do tráfego de embarcações e atividades portuárias.

Na previsão de uma atuação mais estratégica para o CMA, o centro sofreria uma acentuada mudança organizacional para dotar-se de uma estrutura leve, enxuta, mas com alta capacidade de articulação e produção de informações qualificadas para a gestão ambiental. Seria oportuno a migração da sua sede para localidade em região de maior concentração de espécies de mamíferos marinhos sujeitos aos impactos acima citados. Neste sentido, os estados da região sudeste e sul do país são os mais indicados.

Por esta proposta, todas as atuais bases do CMA seriam extintas (Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Fernando de Noronha, Alagoas, Rio de Janeiro e Santa Catarina) e a sua sede em Itamaracá (PE) transformada em base avançada, até o encerramento das atividades de manejo dos peixes-boi marinhos em cativeiro. Na descrição das ações dos demais Centros marinhos, detalha-se melhor o encerramento destas bases.

Centro do Mar do Norte

O Centro do Mar do Norte sucederia e herdaria apenas a estrutura do atual Cpnor, sem bases avançadas vinculadas. Entretanto, em conjunto com o Centro do Mar do Nordeste, seriam desenvolvidas as atividades de pesquisa em genética de populações com os peixes-bois marinhos. Tal arranjo implica na extinção da base avançada do CMA no Piauí, cuja estrutura poderia ser incorporada à RESEX do Delta do Parnaíba.

As atividades relacionadas à conservação do peixe-boi amazônico seriam absorvidas pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (Cepam), com a completa desativação das atividades de manejo e recuperação destes animais em cativeiro na atual sede do Cpnor, em Belém (PA). Em contra-partida, tanto o Cepam quanto o Centro do Mar do Norte atuariam em operações conjuntas para o desencalhe e retorno de peixes-bois amazônicos à natureza, seguindo protocolo mais atualizado para o manejo destes animais. Isto implicaria em absorver as ações desenvolvidas pelas bases do CMA em Belém (PA) e em São Luís (MA), que deixariam de existir.

Centro do Mar do Nordeste

O Centro do Mar do Nordeste representaria uma fusão das estruturas do CMA e do Cepene, com a transformação das sede do CMA em Itamaracá (PE) e do Cepene em Tamandaré (PE) em bases avançadas, e a constituição de uma sede administrativa em Recife (PE) para o novo Centro, por meio de um acordo de parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, para uso de seu espaço físico.

A transformação da sede do CMA em base avançada seria necessária até a completa desativação das atividades associadas ao manejo dos

peixes-bois marinhos cativos em Itamaracá. A atual base do CMA em Alagoas, que tem sua estrutura voltada à reintrodução destes animais à natureza, seria transferida para a atual estrutura do Cepene em Tamandaré (PE). O resgate e o retorno abreviado à natureza passariam a centralizar o protocolo de manejo destes animais, tendo em vista a maior eficácia desta estratégia de conservação. A rigor, caberia ao Centro do Mar do Nordeste a coordenação do Projeto Peixe-Boi Marinho, com a supervisão científica do CMA no manejo genético das populações.

Neste novo arranjo, as bases avançadas do CMA na Paraíba e em Fernando de Noronha teriam suas estruturas e atividade absorvidas, respectivamente, pela APA da Barra do Rio Mamanguape e pelo Parque Nacional de Fernando de Noronha.

Centro Tamar e Mar do Leste

Este Centro representaria o atual Centro Tamar, com todas as suas atribuições hoje existentes referentes à pesquisa e conservação das tartarugas marinhas mais as atribuições relacionadas a uma atuação *latu sensu* em biodiversidade para a região marinha do Mar do Leste, adotando como sede a atual base do Centro Tamar em Vitória (ES). A atual sede do Centro Tamar em Arempebe (BA) já não cumpre sua finalidade, totalmente sobreposta pela estrutura da Unidade Avançada de Administração Financeira de Arempebe do Instituto Chico Mendes, que absorveu toda a estrutura e pessoal administrativo antes vinculados ao Centro Tamar. Não existe mais ali pessoal técnico lotado. Em contra partida no Espírito Santo, a estrutura do Centro Tamar é tecnicamente ativa, com um corpo técnico robusto na base avançada de Vitória.

A incorporação das atividades descritas para o Mar do Leste ao Centro Tamar deve ser feita sem prejuízo ao Projeto de Conservação das Tartarugas Marinhas, que deve ser mantido integralmente com quase todas as suas bases atuais, sem qualquer ruptura do arranjo de trabalho montado para o monitoramento das áreas de desova de tartarugas marinhas no Brasil, realizado a mais de 30 anos. A ampliação do escopo do Centro Tamar para abranger o Mar do Leste deve-se sobretudo a maior concentração das áreas de desova de tartarugas marinhas nesta região, assim como a maior concentração das atividades de pesca que promovem a captura incidental destes animais.

Importa destacar o importante papel do Plano de Ação Nacional de Conservação das Tartarugas Marinhas, como instrumento agregador das ações desenvolvidas pelo Instituto Chico Mendes e pela Fundação Pró-Tamar, em favor da conservação destes animais, que envolve por parte do Instituto além do centro as unidades de conservação e por parte da Fundação todas as bases sob seu patrimônio.

Centro do Mar do Sul

A exemplo do Centro do Mar do Norte, o Centro do Mar do Sul sucederia e herdaria integralmente a estrutura do Cepsul, com sua sede em Itajaí (SC), de longe a mais bem estruturada entre os centros marinhos. De chofre, além da base do CMA, poderiam ser extintas as bases do Centro Tamar e CNPT em Santa Catarina, cujas ações poderiam ser inteiramente absorvidas e potencializadas pelo novo centro. Na prática a extinção destas bases significaria

a migração dos seus respectivos corpos técnicos para a sede do Centro do Mar do Sul, tendo em vista que a maioria delas está na sede da Coordenação Regional 9 do Instituto. Potencializar-se-iam suas ações porque estão vinculadas a planos de ação que passariam a ser coordenadas pelo novo centro.

O Ceperg seria fundido ao Centro do Mar do Sul, mantendo-se sua estrutura como a única base avançada do novo centro, com o objetivo central de apoiar as Unidades de Conservação federais, sobretudo a ESEC do Taim e o PARNA da Lagoa do Peixe.

Programas

Com base nas demandas institucionais e nos eixos de trabalho identificados, seriam definidos três programas, que integrariam e relacionariam as ações e os instrumentos para alcance de resultados comuns e para garantir o controle e a obtenção dos benefícios estratégicos dos mesmos:

- A. PESQUISA E MONITORAMENTO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES E HABITATS
 - i. Interação com a pesca
 - ii. Impacto de empreendimento
 - iii. Pesquisa e Monitoramento de Espécies e Habitats
 - iv. Redes de Encalhe (monitoramento, resgate, reabilitação, destinação, reintrodução, cativeiro)
- B. GESTÃO DE CONHECIMENTO
 - i. Pesquisas para conservação de espécies e planejamento e manejo de UC
 - ii. Capacitação
 - iii. Gestão da informação e do conhecimento
- C. MANEJO PARA CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES
 - i. Avaliação de espécies
 - ii. Planos de Ação Nacionais
 - iii. Resgate, reabilitação, destinação

O Programas estão detalhados no Anexo I.

REMAB

O monitoramento de encalhes de mamíferos marinhos tem sido ainda principal fonte de informação sobre a ocorrência, biologia e ecologia da maioria destas espécies. Esta modalidade de monitoramento associada ao monitoramento de impactos potenciais ou efetivos às populações de mamíferos marinhos é um dos principais instrumentos para geração de informações qualificadas à gestão ambiental do ambiente marinho costeiro. A coordenação da REMAB (Rede de Encalhes e Informações de Mamíferos Aquáticos do Brasil) passaria a ser uma das principais atribuições do CMA, reforçando o seu papel de articulação das redes regionais e de padronização dos protocolos de coleta, ordenamento e uso das informações.

NOVO ESCOPO DE ATUAÇÃO DOS CENTROS MARINHOS

Em conclusão à proposta de revisão apresentada, para otimizar e alinhar a estrutura do Instituto Chico Mendes à demanda existente para atuar na pesquisa e na conservação da biodiversidade marinha, têm-se a fusão dos centros TAMAR, CMA, CEPNOR, CEPENE, CEPUL E CEPERG nos seguintes centros:

- **CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DOS MAMÍFEROS AQUÁTICOS.** Com sede em localidade a ser definida entre os estados da região sudeste e sul, e atuação nacional *stricto sensu* em pesquisa e conservação da biodiversidade de mamíferos , por meio da:
 - Implementação do Programa de pesquisa e monitoramento do estado de conservação das espécies de mamíferos aquáticos, coordenação do monitoramento da biodiversidade e monitoramento do impacto de empreendimentos sobre as populações destas espécies, com destaque para a gestão da REMAB (Rede de Encalhes e Informações de Mamíferos Aquáticos do Brasil);
 - Implementação do programa de gestão de conhecimento em mamíferos aquáticos; desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos Planos de Ação e apoio às ações de manejo das Unidades de Conservação federais marinhas;
 - Implementação do programa de manejo para conservação das espécies de mamíferos aquáticos; execução das ações dos planos de ação dos mamíferos aquáticos; avaliação do estado de conservação dos mamíferos aquáticos; e
 - Supervisão do Projeto Peixe Boi.

- **CENTRO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA DO NORTE.** Com sede em Belém (PA), e atuação regional entre a foz do rio Oiapoque (AP) e a foz do Rio Parnaíba (PI), na pesquisa e conservação da biodiversidade marinha por meio da:
 - Implementação do Programa de pesquisa e monitoramento do estado de conservação das espécies e habitats no mar do Norte, coordenação do monitoramento da biodiversidade e monitoramento do impacto de empreendimentos sobre a biodiversidade marinha com destaque para a atividade pesqueira e gestão da REMANOR (Rede de Encalhes e Informações de Mamíferos Aquáticos do Norte);
 - Implementação do programa de gestão de conhecimento no mar do norte: desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos Planos de Ação e apoio às ações de manejo das Unidades de Conservação federais marinhas; e

- Implementação do programa de manejo para conservação das espécies do mar do norte: coordenação do plano de ação das espécies do Mar do Norte; sub-coordenação do plano de ação das espécies de manguezais; execução das ações dos planos de ação dos sirênios; avaliação dos invertebrados marinhos (exceto cnidários).
- **CENTRO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA DO NORDESTE**, com sede em Recife (PE), e atuação regional entre a foz do rio Parnaíba (PI) e o litoral da cidade de Salvador (BA), na pesquisa e conservação da biodiversidade marinha por meio da:
 - Implementação do Programa de pesquisa e monitoramento do estado de conservação das espécies e habitats no mar do nordeste, coordenação do monitoramento da biodiversidade e monitoramento do impacto de empreendimentos sobre a biodiversidade marinha com destaque para a atividade pesqueira e apoio à gestão da REMANE (Rede de Encalhes e Informações de Mamíferos Aquáticos do Nordeste – que deverá ser ajustada) e do REEF CHECK (Iniciativa Global de Monitoramento dos Corais);
 - Implementação do programa de gestão de conhecimento no mar do nordeste: desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos Planos de Ação e apoio às ações de manejo das Unidades de Conservação federais marinhas;
 - Implementação do programa de manejo para conservação das espécies do mar do nordeste: coordenação dos planos de ação: sirênios e do Mar do Nordeste; sub-coordenação do plano de ação das espécies de manguezais; execução das ações dos planos de ação das tartarugas marinhas, e dos pequenos e grandes cetáceos na região; avaliação dos grupos: cnidários, peixes das famílias serranídeos, scarídeos e lutjanídeos e dos sirênios; e
 - Coordenação do Projeto Peixe Boi,.
- **CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DAS TARTARUGAS MARINHAS E DA BIODIVERSIDADE DO MAR DO LESTE**, com sede em Vitória (ES), e atuação regional entre o litoral da cidade Salvador (BA) e o cabo de São Tomé (RJ), na pesquisa e conservação da biodiversidade marinha por meio da:
 - Implementação do Programa de pesquisa e monitoramento do estado de conservação das espécies e habitats no mar do leste, coordenação do monitoramento da biodiversidade e monitoramento do impacto de empreendimentos sobre a biodiversidade marinha com destaque para a atividade pesqueira e apoio à gestão da REMASE (Rede de Encalhes e Informações de Mamíferos Aquáticos do Sudeste – que deverá ser ajustada para o mar do Leste);

- Implementação do programa de gestão de conhecimento no mar do leste: desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos Planos de Ação e apoio às ações de manejo das Unidades de Conservação federais marinhas;
 - Implementação do programa de manejo para conservação das espécies do mar do leste: coordenação dos planos de ação: tartarugas marinhas, pequenos cetáceos na região e da biodiversidade do Mar do Leste; sub-coordenação do plano de ação das espécies de manguezais; execução das ações dos planos de ação dos grandes cetáceos na região e dos albatrozes e petréis; avaliação dos grupos: quelônios marinhos e cetáceos; e
 - Coordenação do Projeto TAMAR
- **CENTRO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA DO SUL**, com sede em Itajaí (SC), e atuação regional entre o cabo de São Tomé (RJ) e arroio Chuí (RS) , na pesquisa e conservação da biodiversidade marinha por meio da:
 - Implementação do Programa de pesquisa e monitoramento do estado de conservação das espécies e habitats no mar do sul, coordenação do monitoramento da biodiversidade e monitoramento do impacto de empreendimentos sobre a biodiversidade marinha com destaque para a atividade pesqueira e a gestão da REMASUL (Rede de Encalhes e Informações de Mamíferos Aquáticos do Sul – que deverá ser ajustada);
 - Implementação do programa de gestão de conhecimento no mar do sul: desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos Planos de Ação e apoio às ações de manejo das Unidades de Conservação federais marinhas; e
 - Implementação do programa de manejo para conservação das espécies do mar do sul: coordenação dos planos de ação: toninha, albatrozes e pétreis, grandes cetáceos e do Mar do Sul; sub-coordenação do plano de ação das espécies de manguezais; execução das ações dos planos de ação das tartarugas marinhas e pequenos cetáceos; avaliação dos grupos: actinopterígeos (exceto famílias serranídeos, scarídeos e lutjanídeos) e condricties marinhos.

Consideração

Desnecessário comentar que carece este documento de um profundo detalhamento dos aspectos táticos e operacionais envolvidos na implementação da visão aqui apresentada. Parte deles, inclusive, somente possível de ser identificado no andamento do processo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MMA, 2013. **Programa ReviZEE**. Disponível em: <
<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha/programa-revizee>>. Acessado em 27 de setembro de 2013.

Anexo I – PROGRAMAS

Pesquisa e monitoramento do estado de conservação das espécies e habitats

Programa: Pesquisa e monitoramento do estado de conservação das espécies e habitats	
Objetivo: Avaliar a situação das espécies, suas pressões e ameaças visando subsidiar medidas para a conservação de espécies e habitats.	
Indicadores: <ul style="list-style-type: none"> • Grupos de espécies pesquisados/monitorados; • Pescarias monitoradas; • Empreendimentos monitorados; • Habitats monitorados; • Ucs com inventário de habitats e seu estado de conservação, para subsidiar seu monitoramento; • UCs com monitoramento da biodiversidade implementado. 	
Coordenação CGPEQ	
Execução:	
Região	Centro
Sudeste Sul	CEPSUL
Subprogramas:	
Interação com a pesca	
Produtos Gerados: <ul style="list-style-type: none"> • Subsídio ao ordenamento pesqueiro para redução do impacto da pesca sobre as espécies; • Nota técnica do impacto de medidas de ordenamento pesqueiro de acordo com as demandas; • Mapas de vulnerabilidade à atividade pesqueira; • Nota técnica para subsidiar a adoção das medidas mitigadoras; • Nota técnica sobre a efetividade das medidas mitigadoras. 	
Atividades: <ul style="list-style-type: none"> • Criar Grupo de Trabalho no âmbito do ICMBio para a integração das medidas mitigadoras na pesca (espécies, pescarias, regiões); • Participar dos fóruns regionais e nacionais de ordenamento para viabilizar a adoção das medidas mitigadoras; • Monitorar a fauna acompanhante das pescarias para identificar as espécies mais vulneráveis ao impacto da atividade pesqueira; • Acompanhamento das frotas em operação por modalidade de pesca; • Utilizar as informações geradas por: PREPS, Observadores de bordo, Cruzeiros de pesquisa, desembarque em portos pesqueiros; • Propor métodos de exploração dos recursos pesqueiros que se adequem às características biológicas das espécies; • Avaliar, testar e recomendar medidas mitigadoras. • Catalogar petrechos de pesca usados nas pescarias e avaliar o impacto destes na 	

Anexo I – PROGRAMAS

<p>exploração de recursos pesqueiros.</p> <ul style="list-style-type: none">• Introduzir modificações nos petrechos de pesca de modo a torna-los menos impactantes;
Responsáveis:
Impacto de empreendimento
Produtos Gerados: <ul style="list-style-type: none">• Mapas de sensibilidade/ vulnerabilidade• Orientações aos TRs e EIAs• Condicionantes para o licenciamento• Proposição de medidas mitigadoras aos órgãos licenciadores• Subsídios ao Planos de Ação (mapeamento de ameaças)
Atividades: <ul style="list-style-type: none">• Desenvolver mapas de sensibilidade ambiental por espécie ou grupos/áreas.• Inserir os Centros no processo de licenciamento (TR, EIA, condicionantes).• Desenvolver competências dos servidores dos Centros para desempenhar atividades relativas ao licenciamento ambiental
Responsáveis:
Pesquisa e Monitoramento de espécies e ecossistemas
Produtos Gerados: <ul style="list-style-type: none">• Implementar e manter banco de dados nacional sobre ocorrência das espécies (SITAMAR, SIMAM, SISCOSTA, SISBIO);• Relatórios técnicos para subsidiar o ordenamento e a criação de áreas de exclusão e restrição;• Relatórios técnicos que forneçam dados para a determinação de impacto de pesca e empreendimentos;• Relatórios técnicos para subsidiar a estratégia de ação da Fiscalização;• Relatórios técnicos que apontem tendências do estado de conservação dos ambientes monitorados;• Relatório técnicos que identifiquem as lacunas de conhecimento.
Atividades: <ul style="list-style-type: none">• Qualificar os dados para a conservação das espécies e áreas estudadas;• Identificar lacunas de conhecimento;• Aumentar nas informações para subsidiar os PANs;• Facilitar a captação de recursos externos.• Criar e manter série histórica para o programa de monitoramento;• Viabilizar a implementação de programa de observadores de bordo;• Coletar e analisar dados do desembarque das frotas alvo;• Coletar e analisar dados de capturas nas pescarias artesanais;• Acompanhar a movimentação das frotas por meio do PREPS;• Analisar os mapas de bordo;• Manter série histórica para o programa de monitoramento;• Manter e Fortalecer o SIMAM a partir da sensibilização dos pesquisadores parceiros para inserção de dados no sistema e da busca por meios legais para obrigação dessa inserção.• Criar mecanismos dos monitoramentos de licenciamento para que tenham seu foco também na conservação;• Gerar informação para subsidiar o ordenamento pesqueiro, no que concerne ao impacto das pescarias sobre a biodiversidade;• Identificar e capacitar os atores envolvidos nos levantamentos de dados;• Sensibilização dos pesquisadores parceiros para inserção de dados no sistema;
Responsáveis:
Redes de Encalhe

Anexo I – PROGRAMAS

Produtos Gerados: <ul style="list-style-type: none">• Banco de dados nacional sobre ocorrência (SITAMAR E REMAB);• Determinação de lacunas de conhecimento;• Fornecer dados para a determinação de impacto de pesca e empreendimentos;• Facilitar a captação de recursos externos;• Aumento nas informações para subsidiar os PANs;• Acompanhamento do Status de conservação;• Auxiliar na estratégia de ação da Fiscalização.
Atividades: <ul style="list-style-type: none">• Manter série histórica para o programa de redes de encalhe;• Manter e Fortalecer a REMAB;• Definir os atores envolvidos nos levantamentos de dados;• Capacitação dos referidos atores;• Manter e criar novos parceiros locais para o atendimento das demandas das Redes;• Sensibilizar as comunidades envolvidas para a conservação dos indivíduos no pós soltura;• Envolvimento das UCs das áreas de ocorrência dos animais.• destinação
Responsáveis:

Anexo I - PROGRAMAS

Gestão de conhecimento

Programa: Gestão de conhecimento	
Objetivo: Ampliar e articular a geração de conhecimento para a conservação e manejo da biodiversidade	
Indicadores: <ul style="list-style-type: none"> • Número de instituições de pesquisa atuantes em cada UC • Número de grupos de pesquisa CNPq incorporando os Centros • Número de eventos científicos promovidos pelos Centros e UCs • Número de publicações dos servidores dos Centros • Número de pesquisas previstas nos PAN realizadas • Número de Servidores Capacitados • Número de pesquisas autorizadas • Número de temas/ táxons envolvidos nas solicitações de pesquisa • Valor aplicado em pesquisas nas UCs marinhas 	
Coordenação CGPEQ	
Execução:	
Região	Centro
Sudeste e Sul	CEPSUL
Subprogramas:	
Pesquisa para subsidiar a conservação de espécies e o planejamento e manejo de UC	
Produtos Gerados: <ul style="list-style-type: none"> • Artigos científicos • Listas de espécies das UC; inventários de ameaças, serviços ecossistêmicos, caracterização das biorregiões marinhas, subsídios para definição de áreas prioritárias para a conservação, identificação de lacunas de conhecimento; • Distribuição e abundâncias das espécies e correlação com variáveis ambientais e impactos antropogênicos (subsídios ao zoneamento tanto em UCs de proteção integral como de uso sustentável). • Monitoramento das espécies temporalmente para avaliação de efetividade da UC; • Notas técnicas/publicações para suporte à gestão de UC - áreas de ocorrência; áreas de exclusão; • Acordos de cooperação com instituições de pesquisa; 	
Atividades: <ul style="list-style-type: none"> • Promover e participar de fóruns de diálogo entre as unidades do ICMBio visando i) subsidiar o planejamento e o manejo, ii) construir conjuntamente portfólios de pesquisa e estratégias para sua execução; • Promover articulação entre UCs, centros e outras instituições de pesquisa para formação de redes. • Divulgar localmente e em eventos científicos os resultados das pesquisas; • Captar recursos por meio de projetos de pesquisa, fortalecendo conexão com manejo. • Identificar a partir das avaliações do estado de conservação da biodiversidade costeira e marinha, PANs, articulação com as UCs e Planos de Manejo as lacunas de conhecimento e temas estratégicos. 	

Anexo I – PROGRAMAS

<ul style="list-style-type: none">• Executar pesquisas identificadas como estratégicas e prioritárias.• Subsidiar a abertura de editais voltados ao desenvolvimento de pesquisas prioritárias.
Responsáveis:
Capacitação
Produtos Gerados: <ul style="list-style-type: none">• Dissertações, teses e TCCs;• Programas de capacitação voltados para usuários (parceiros e comunidade) e servidores das UCs e Centros;
Atividades: <ul style="list-style-type: none">• Participar de programas de pós graduação como docentes• Elaborar e realizar oficinas e cursos de capacitação para diferentes atores, de eventos de intervenção local (coletores de dados; monitores de visitação; agentes voluntários) a ações junto a instituições de pesquisa;• Inserir as demandas de capacitação marinha no PAC do ICMBio;• Estabelecer parcerias para planejar e executar processos formativos
Responsáveis:
Gestão da informação e do conhecimento
Produtos Gerados: <ul style="list-style-type: none">• Artigos científicos• Documentos técnicos – PANs, planos de manejo, notas técnicas• Mapas de intensidade de pesquisa e lacunas de conhecimento• Autorização das solicitações de pesquisa (SISBIO)• Publicações dos resultados de pesquisas realizadas para a comunidade científica e sociedade.
Atividades: <ul style="list-style-type: none">• Emitir pareceres no SISBIO sobre solicitações de autorização de captura ou coleta de material biológico envolvendo biodiversidade marinha com finalidade científica ou didática.• Identificar a partir dos bancos de dados, das avaliações do estado de conservação da biodiversidade costeira e marinha e PANs as lacunas de conhecimento e temas estratégicos.• Executar pesquisas identificadas como estratégicas e prioritárias.• Articular entre os Centros e UCs costeiras e marinhas a execução de pesquisas.• Articular parcerias institucionais para a execução de pesquisas em temas estratégicos.• Subsidiar a abertura de editais voltados ao desenvolvimento de pesquisas prioritárias.• Utilizar as informações geradas pelo SISBIO e outros sistemas para aprimorar as estratégias de conservação.• Apoiar a alimentação e integração de sistemas de informação.• Articular e analisar os dados dos monitoramentos.• Promover fóruns de discussão e publicações com sínteses de temas-chave• Divulgar junto à comunidade científica as revistas já existentes.• Realizar seminários visando o intercâmbio científico entre os centros e os parceiros.• Manter os sites e redes sociais atualizados
Responsáveis: <ul style="list-style-type: none">•

Anexo I – PROGRAMAS

Manejo para a conservação das espécies

Programa: Manejo para a conservação das espécies	
Objetivo: Promover ações para recuperar o estado de conservação das espécies marinhas	
Indicadores: <ul style="list-style-type: none"> • Número de Espécies com melhoria no estado de conservação <ul style="list-style-type: none"> ○ Número de Espécies avaliadas ○ Número de Espécies ameaçadas de extinção ○ Número de Espécies com Planos de Ação ○ Estágio de implementação dos Planos de Ação ○ Número de Espécies com Programas de Cativeiro 	
Coordenação: <ul style="list-style-type: none"> • CGESP 	
Execução:	
Região	Centro
Subprogramas:	
Avaliação de espécies	
Produtos Gerados: <ul style="list-style-type: none"> • Ficha de espécies • Relatório do estado de conservação do grupo taxonômico 	
Atividades: <ul style="list-style-type: none"> • Compilar dados sobre as espécies; • Realizar oficinas de avaliação • Realizar oficinas de validação • Editar fichas • Elaborar relatório 	
Responsáveis <ul style="list-style-type: none"> • 	
Planos de Ação Nacionais	
Produtos Gerados: <ul style="list-style-type: none"> • Mapas de risco para a conservação • Planos de Ação elaborados, monitorados • Relatório de implementação • Produtos de manejo definidos nos PAN 	
Atividades: <ul style="list-style-type: none"> • Realizar análises espaciais de pressão e oportunidades de conservação • Coordenar as oficinas de elaboração e monitoria de PAN • Implementar as ações de manejo de responsabilidade do ICMBio 	
Responsáveis <ul style="list-style-type: none"> • 	
Resgate, reabilitação, destinação	
Produtos Gerados: <ul style="list-style-type: none"> • Programas de Cativeiro 	

Anexo I - PROGRAMAS

	<ul style="list-style-type: none">• Protocolos de manejo• Animais reintroduzidos
	Atividades: <ul style="list-style-type: none">• Elaborar e gestão dos programas de cativeiros;• Cadastrar e vistoria de cativeiros;• Elaboração de programas de cativeiro;• Orientar a destinação e reintrodução de animais.
	Responsáveis <ul style="list-style-type: none">•